

COMO A POLÍTICA PÚBLICA DO “VALE FEIRA” MUDOU A ROTINA NA FEIRA LIVRE DO PRODUTOR NO MUNICÍPIO DE LONTRAS (SC)?

Laís Santos Capel¹

Tatiane Ap. Viega Vargas²

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é analisar o reflexo socioeconômico da comercialização de produtos na Feira Livre do produtor do município de Lontras (SC), atividade esta que se constitui numa alternativa de geração de renda, bem como a busca da melhoria da qualidade de vida. A Feira Livre no município é apontada como uma alternativa para a reversão das consequências sociais desfavoráveis no meio rural, devido aos agricultores comercializarem seus produtos diretamente aos consumidores, proporcionando assim um aumento na renda e promovendo inclusão social e econômica. O capital social é apontado como um dos fatores que contribuem para o efetivo desenvolvimento local e regional. O trabalho está estruturado em quatro seções, sendo a introdução, onde se fez a conceituação da agricultura familiar, capital social e sua importância para o desenvolvimento regional e municipal, caracterização da região do Alto Vale do Itajaí e quais seus problemas e potencialidades. A segunda seção trata sobre segurança alimentar e a importância das feiras livres, também traz um breve histórico da Feira no Município de Lontras, bem como a política pública municipal intitulada de “Vale Feira” está influenciando a participação do moradores à Feira. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos para realização da pesquisa, bem como os resultados obtidos através da pesquisa de campo. A última seção aponta para as considerações finais.

Palavras-chave: Feira, Agricultura familiar, Política pública.

1. INTRODUÇÃO

¹ Aluna do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável

² Orientadora. Dra. Desenvolvimento Regional

A finalidade primordial da agricultura é a produção de alimentos e matérias-primas para atender as necessidades humanas. No conceito de Castro (2007), “a agricultura é uma das atividades fundamentais da humanidade e que dela depende, entre outras coisas, a alimentação de que o homem necessita”.

De acordo com Abramovay (1992), a agricultura familiar não somente supõe a garantia do abastecimento alimentar do país, mas também, que esta escolha representa uma opção estratégica em favor de um desenvolvimento mais equilibrado da sociedade. A agricultura familiar seria o espaço para onde convergem desenvolvimento e equidade.

Dados do último censo agropecuário de 2006 dão conta que existem no Brasil cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, o que corresponde a 84,4% do universo de explorações agrárias atualmente existentes em nosso país, sendo estas responsáveis por 38% do valor bruto da agropecuária nacional, não obstante ocupar apenas um quarto da superfície agricultável (IBGE, 2006).

Em Santa Catarina a agricultura familiar também obteve expressividade demonstrada pelo Censo Agropecuário 2006, dos 193.663 estabelecimentos do Estado, 168 mil foram classificados como familiares, representando 87% do total, sendo um dos maiores percentuais do Brasil. A estrutura fundiária do Estado caracteriza-se pelas propriedades com pequenas extensões de terras; 39% dos estabelecimentos possuíam menos de 10 hectares e 65% possuíam menos de 20 hectares (Mior et al., 2013).

Neste contexto encontramos a agricultura familiar, responsável pela produção da maioria dos nossos alimentos. Segundo Mior (2005), muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor. O apoio que recebe vem das consequências que seu desenvolvimento pode propiciar: melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza. Mais que isso, a agricultura familiar é vista como o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória”, a urbana.

É importante por sua função ambiental, econômica e social. Sob estes diferentes aspectos podemos considerar: no aspecto econômico, a agricultura familiar

atua como meio de sobrevivência das famílias, em relação ao aspecto social ela pode garantir a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Ainda, a agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo na propriedade, dando ênfase na diversificação da produção com a utilização do trabalho predominantemente dos membros da família.

A agricultura familiar do Alto Vale do Itajaí tem em sua base pequenas propriedades rurais, sendo esta uma característica marcante que contribui para a identidade da região. O município de Lontras (SC) está inserido neste contexto, haja vista que faz parte da desta região.

O processo de desenvolvimento regional compreende a utilização de estratégias que impulsionam os setores estratégicos de uma região na busca da melhoria das condições de vida de seus habitantes. Uma vez valorizadas as potencialidades locais, aliam-se ao capital social para impulsionar o desenvolvimento local e regional. O capital social aparece como instrumento de colaboração na solução para dilemas de ação coletiva. Através das ações comunitárias e do engajamento da população local, pode este contribuir para o efetivo desenvolvimento. A possibilidade de agricultores familiares agregarem valor a seus produtos, bem como melhorar a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, podem contribuir de forma decisiva para desencadear um processo de desenvolvimento local e regional.

Na região do Alto Vale do Itajaí, em função de suas características (predominância da agricultura familiar), a discussão sobre um novo modelo de desenvolvimento tem sido realizada entre diferentes agentes sociais não-governamentais e governamentais, que através de projetos específicos e políticas públicas, tem buscado alternativas de viabilização para os agricultores familiares, como é o caso da comercialização na feira livre no município de Lontras (SC).

As feiras livres, mais que espaços de comércio desses alimentos, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias. No Brasil, como em outras sociedades, as feiras são espaços ricos culturalmente e, em geral, afastados dos setores mais abastados das cidades, elas são mais próximas das camadas populares.

A palavra feira é originária do latim, *feria* que significa “dia de festa” (Ferreira, 1999). Em português, quer dizer lugar público, muitas vezes descoberto onde se expõe ou se vendem mercadorias. É também lugar de encontros e conversas. Nesse universo circulam comerciantes, consumidores e agentes de fiscalização, muitos deles com o papel central de agenciar mudanças de comportamento nos indivíduos, interferindo, desta forma, na sua cultura.

Segundo Tedesco et al. (1999), “para melhorar o resultado da comercialização, o produtor rural deve eliminar o maior número possível de intermediários”. As feiras livres são alternativas de fortalecimento da agricultura familiar, com a venda direta os agricultores podem agregar valor aos seus produtos e obter preços melhores e assim aumentar sua renda.

Tomando como base estudos de Da Matta (1997), a feira é um desses espaços que unificam os mundos: da casa e da rua. Como espaço, ela tem regras e sistemas de valores próprios e se apresenta como um ambiente ambíguo, localizada num limite entre esses dois mundos, caracterizando-se pela fluidez da rua, contudo permanece a familiaridade, a domesticidade das relações do mundo da casa.

No Brasil, as feiras livres são uma das mais antigas formas de varejo com presença generalizada. Hoje em dia, continuam a desempenhar um papel importante na venda, principalmente de produtos hortícolas (verduras, legumes e frutas) na maioria dos centros urbanos. Muitas dessas feiras constituem microprojetos destinados a ajudar a população rural de baixa renda; ali se negociam produtos agrícolas e pecuários. No entanto, deve-se enfatizar que as feiras, na grande maioria, são iniciativas em âmbito local, que tendem a valorizar os vínculos do abastecimento com a produção agroalimentar, especialmente em se tratando de municípios de pequeno e médio portes. Assim, uma referência importante sobre este assunto é aquela elaborada por Forman (1979), ao pesquisar feiras do nordeste brasileiro:

“A feira distribui, essencialmente, gêneros de primeira necessidade e serviços entre pessoas do campo que dela participam, como vendedores ou como compradores. Também serve para distribuir bens de consumo acabados ou semi-acabados em áreas onde a ausência de capital líquido torna impossível a manutenção de grandes estoques. Em outras palavras, o papel da feira é movimentar mercadorias em áreas de economia carentes de dinheiro” (Forman, 1979: p.137).

De acordo com DESER (1997), a agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta um pequeno incentivo à agricultura para que se obtenha respostas rápidas nos outros setores econômicos. Elaborar projetos de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura sustentável e, principalmente, nos agricultores familiares, não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e por que não dizer, uma condição de sobrevivência para a economia de um grande número de municípios brasileiros. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano, desencadeando o desenvolvimento regional.

Na história dos municípios situados no Alto Vale do Itajaí, segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, EPAGRI (2015), ocorreram ciclos econômicos ligados a diversas culturas agrícolas. Na década de 50 houve o ciclo da mandioca, seguido da fumiçultura e suinocultura e que foram sucedidos pela batata. A cultura da batata tinha proporcionalmente grande área plantada na década de 50 e 60. Entretanto, devido a problemas fitossanitários e a queda de preços, a cultura foi praticamente abandonada, restando atualmente pequenas áreas marginais. Essa cultura cedeu então seu espaço para a olericultura.

A olericultura é a área da horticultura que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos, frutos diversos e partes comestíveis de plantas. Esta é a principal atividade desenvolvida pelas famílias no município de Lontras, tendo sua renda ultrapassada somente pela cultura do fumo e da bovinocultura de corte, atividades comprovadas com notas, dados estes extraídos com o setor de notas fiscais de produtor rural da Secretaria de Agricultura de Lontras.

Segundo a EPAGRI (2015), a característica mais marcante da olericultura é o fato de ser uma atividade agro econômica altamente intensiva, em seus mais variados aspectos, em contraste com outras atividades agrícolas extensivas. Sua exploração econômica exige alto investimento na área trabalhada, em termos físicos e econômicos. Em contrapartida, possibilita a obtenção de elevada produção física e de alto rendimento bruto e líquido por hectare cultivado e por hectare/ano. Outras características importantes nos empreendimentos são a intensa utilização de tecnologias modernas, em constante mudança, e o reduzido tamanho da área ocupada, porém, intensivamente utilizada, tanto no espaço quanto no tempo. Há de

se considerar a olericultura como sendo uma atividade econômica de alto risco para o produtor rural, em virtude da maior ocorrência de problemas fitossanitários, maior sensibilidade às condições climáticas e instabilidade de preços praticados na comercialização.

“A olericultura é uma alternativa para a agricultura familiar, pois pode proporcionar bons resultados em pequenas áreas de cultivo e, a demanda de mercado é crescente. Por outro lado, é uma atividade intensiva em mão de obra, capital e insumos externos como sementes, adubos químicos e agrotóxicos que impactam na rentabilidade das atividades e na qualidade dos produtos ofertados. (EPAGRI, 2015).”

No município de Lontras, segundo os dados obtidos através do setor de nota fiscal do produtor rural, a olericultura é baseada em diversas culturas, entre elas: tomate, pepino de conserva, repolho, brócolis, couve-flor, cebola, batata doce, batata inglesa, frutas em geral, entre outras. As razões que possibilitaram o aumento de área cultivada com hortaliças foram várias, entre as quais se salientam a introdução de corretivos de solo e adubos de síntese industrial.

Com este cenário apresentado, o artigo analisa a importância da implantação do Vale Feira (Política Pública Municipal) na feira livre semanal dos agricultores familiares do município de Lontras, em Santa Catarina. É fundamental compreender a dinâmica desta atividade e qual a sua influência sobre a renda das famílias que comercializam. Pretende-se entender as realidades locais da comercialização realizadas pelos agricultores familiares e assim buscar compreender como uma política pública municipal mudou a rotina na Feira Livre do município.

O trabalho está estruturado em quatro partes, sendo esta primeira, a introdução, onde faz-se uma conceituação da agricultura familiar diversificada, capital social e sua importância para o desenvolvimento regional e municipal, caracterização da região do Alto Vale do Itajaí e quais os problemas e potencialidades encontrados nesta região do estado de Santa Catarina. Na segunda parte descreve-se sobre segurança alimentar e a importância das feiras para isso, um breve histórico da feira livre no município de Lontras (SC), bem como de que maneira uma política pública municipal intitulada de “Vale Feira” está influenciando no hábito dos munícipes a frequentar este espaço. A terceira parte apresenta e os procedimentos metodológicos para realização de entrevistas com os diversos atores participantes deste espaço.

Após está descrito sobre os resultados obtidos na pesquisa de campo, através das entrevistas. Por último, as considerações acerca dos resultados.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Segurança alimentar (importância das feiras)

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) defende que as ações de abastecimento devem possibilitar que todos os segmentos da população tenham acesso a alimentos em quantidade, preço e qualidade, bem como devem ter a capacidade de promover conexões entre a produção local, a distribuição e consumo dos alimentos sob formas socialmente equitativas, ambientalmente sustentáveis e culturalmente adaptadas (CONSEA, 2004), assim já constatamos a grande importância de se incentivar as feiras de agricultores familiares.

Nas últimas décadas têm se acompanhado um crescente apoio de vários atores para o incentivo a feiras já existentes e criação de novos espaços onde ocorrem as feiras da agricultura familiar. As feiras desempenham importante papel social e cultural no meio urbano, tanto no resgate de valores e de histórico das pessoas que moram em médias e pequenas cidades, e que tem sua origem, muitas vezes, no meio rural, o que traz uma lembrança afetiva.

Outro fator de extrema importância das feiras é o da promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), este tema é bastante complexo e apresenta diversas frentes que podem ser objetivo para que a população encontre maneiras de ter alimentos de qualidade e em quantidades adequadas. Outro fator que pode ser destacado é o da sustentabilidade, uma vez que circuitos pequenos de comercialização são criados e laços são fortalecidos (consumidor e produtor), mantendo assim a identidade dos moradores de determinada cidade.

2.2 Feira livre do produtor do município de Lontras – SC

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006), as feiras livres são “entendidas como um local de encontro e troca, as Feiras acabam por ganhar espaço dentro da cultura de consumo da população. No entanto, sua consolidação depende de diversos fatores que envolvem, principalmente, a negociação do espaço público a ser utilizado.” Para tanto, como as feiras são temporárias e competem

no mercado local, torna-se importante o planejamento adequado para sua instalação, desde a localização, produtos que serão comercializados, higienização, fiscalização, entre outros.

As feiras livres são canais de comercialização de produtos da Agricultura Familiar que raramente recebem apoio de políticas públicas específicas ou são objetos de programas de desenvolvimento rural. Quando presentes, os programas estão marcados por um forte caráter produtivista, deixando em segundo plano a análise das categorias sociológicas envolvidas na atividade. Para Ribeiro et al., 2005, tal fato expõe a invisibilidade econômica das atividades locais e certa marginalização da Agricultura Familiar nos programas de desenvolvimento dos municípios. Conforme o autor, são escassos os estudos sobre as feiras, sendo que a maior parte aborda somente os aspectos mercadológicos da atividade.

A feira livre de produtos coloniais e artesanato de Lontras se constitui como uma demonstração da identidade cultural da região do Alto Vale do Itajaí, uma vez que surgiu em uma parceria entre poder público municipal, agricultores familiares e população em geral. Além disso, a feira também representa a capacidade de organização dos agricultores em promover um ambiente favorável à competitividade, com interferência parcial governamental, o que por sua vez concede autonomia decisiva aos feirantes.

A feira é um espaço que tem influência na melhoria de vida das pessoas, não só pela obtenção de uma renda familiar, mas pela apreensão das ideias e representações associadas à feira como espaço de socialização, carregada de narrativas e símbolos sociais. Ao mesmo tempo, este ambiente fornece informações no que diz respeito às condições de trabalho, organização e consumo, origem e destino dos produtos potenciais de comercialização, nível de satisfação e quais os outros segmentos sociais envolvidos no processo (feirantes, consumidores, organizações locais).

Em Lontras a Prefeitura teve papel de extrema importância, uma vez que elaborou um projeto para angariar recursos para construção, realizada em 2015, da estrutura que abriga a Feira, contando com área coberta, banheiros e cozinha. Bem como a organização dos agricultores para o comércio de frutas, verduras, hortaliças, produtos de agroindústrias, panificados e artesanato.

O funcionamento da Feira segue as orientações encontradas na Lei nº

2147/2015 - Criação, organização, regularização e funcionamento da Feira Livre do Produtor do Município de Lontras. Os feirantes cotam com um estatuto que possui entre suas disposições a organização e orientação dos produtores quanto às variedades e quantidades de produtos a serem produzidos e comercializados, fornecer produtos de qualidade e evitar intermediários na comercialização, promover a capacitação e buscar alternativas de organização e planejamento da produção agropecuária.

2.3 Política pública para agricultura familiar

A formulação de políticas públicas pode ser analisada de diversas formas, principalmente em relação aos seus resultados finais. Parte-se do suposto que várias ações governamentais convergem para alcançar a emancipação dos indivíduos e coletividades, particularmente os que se vêem submetidos à privação de suas liberdades substantivas no sentido atribuído por Sen (2002). Segundo este autor, a provisão pública torna-se essencial para interferir em distorções historicamente consolidadas e para oferecer oportunidades aos segmentos estratégicos, como é precisamente o caso da agricultura familiar.

Para Heberlê (2017), a importância da agricultura familiar vai além da capacidade de produzir alimentos. Seu papel é também de conservação de paisagens, da diversidade biológica dos biomas brasileiros, de serviços ecossistêmicos, de culturas, de história, de geração de postos de trabalho, o que mostra ainda mais a importância de serem desenvolvidas políticas públicas, nos mais variados âmbitos, para este público.

Para a efetivação da política pública municipal do “vale-feira” foi implementada a Lei nº 2315 de 14 de novembro de 2017 que trata de como ocorrerá o funcionamento deste e como ocorrerá o pagamento do valor recebido pelos funcionários públicos municipais e o pagamento posterior aos feirantes.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui apresentada é de caráter qualitativo, o instrumento de coleta de dados será a entrevista semiestruturada aplicada aos feirantes, consumidores e

funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente de Lontras; desenvolvida no município de Lontras (SC), tendo como cenários de análise a feira de Agricultura familiar do município e demais atores parceiros desta.

Participaram da pesquisa dois trabalhadores/as da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio ambiente de Lontras – gestores e/ou técnicos envolvidos na coordenação, gerência e operacionalização da feira; cinco famílias de agricultores familiares/feirantes e a Associação de Produtores Agro artesanais de Lontras (APEPA) que ali comercializam e alguns consumidores que frequentam a feira.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada, bem como análise de documentos institucionais. Os procedimentos de coleta de dados foram iniciados mediante prévia autorização dos entrevistados. A coleta de dados foi realizada utilizando-se levantamento de dados de identificação, junto a Prefeitura Municipal de Lontras.

A pesquisadora se apresentou individualmente para cada participante do estudo, realizou a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Após os entrevistados concordarem, livre e espontaneamente, em participar do estudo, os entrevistados iniciaram as respostas do questionário. Cada indivíduo que compõe a amostra foi avaliado individualmente, em ambiente privativo, minimizando riscos de constrangimento.

A coleta foi realizada na semana entre 10 a 24 de maio de 2019, diretamente ao feirante, consumidor ou funcionário da prefeitura, no transcorrer da feira livre, buscando criar uma atmosfera de cordialidade e simpatia com os entrevistados, como pressupõe Gil (2009).

4. RESULTADOS

Os dados foram tratados e agrupados segundo as variáveis do estudo. A organização do banco de dados foi realizada por meio de uma planilha específica no programa Microsoft Excel. Na sequência foram realizadas análises descritivas dos dados, a partir da apuração de frequências simples e cruzadas, tanto em termos absolutos quanto em percentuais, e os resultados estão organizados a seguir e para

facilitar o entendimento foram separados os grupos que foram entrevistados em: feirantes, consumidores e funcionários da Secretaria de Agricultura de Lontras.

4.1 Feirantes

Neste grupo foram realizados 4 questionários, distribuídos da seguinte maneira: 3 famílias de agricultores familiares e a Associação de Produtores Agro artesanais de Lontras – APEPA, englobando assim, todos os participantes envolvidos nas vendas de sexta-feira na Feira Livre do Produtor do município de Lontras – SC.

Nas entrevistas com os participantes da feira verificou-se que das três famílias que comercializam no espaço da Feira Livre de Lontras, em duas participam 2 membros diretamente nas vendas de sexta e, essas famílias contam com mais 3 participantes indiretos na organização na propriedade com o plantio, colheita e organização dos produtos comercializados. A terceira família somente um membro permanece diretamente na venda no dia da Feira, e também esta, conta com o apoio de outros 2 membros da família na organização dos produtos.

Os membros da APEPA comercializam somente artesanatos realizados por seus associados, contando com diversos produtos como artesanatos em MDF, bordados, patchwork, chinelos, chaveiros, brinquedos em madeira, pinturas com diversas técnicas, artesanatos com fibras naturais e bordados. As vendas deste grupo são realizadas principalmente através de encomendas realizadas no dia da Feira e muitos produtos são personalizados como o cliente escolhe.

Ao serem entrevistados, os membros do grupo, não souberam quantificar o valor monetário do aumento das vendas, após a implantação da política pública municipal do vale feira, mas puderam mensurar que o número de frequentadores do espaço da feira aumentou em cerca de 70%.

Nas três famílias de agricultores familiares a grande maioria dos alimentos que são vendidos são oriundos de produção própria e estes foram subdivididos, para melhor apresentação, da seguinte maneira:

1. Origem vegetal “In natura”: grande diversidade de verduras e hortaliças (brócolis, pimentão, vagem, batata-doce, batata, pepino, chuchu, tomate, batata, couve-flor, repolho, milho verde, cenoura, abóboras, etc), frutas (laranja, banana, maçã, abacaxi, melancia, caqui, morango, tangerina, etc) e feijões.

Importante destacar neste item que alguns alimentos são sazonais e não estão disponíveis em todas as épocas do ano.

2. Origem vegetal “processados”: geleias de frutas, conservas (pimentão, pepino, couve-flor, palmito), aipim descascado e congelado, melado e açúcar mascavo.
3. Origem animal: mel, ovos, filé de peixe, nata, queijos (colonial e kochkäse) e frango caipira.
4. Panificados: cucas, bolos, bolachas, nhoque, rosca e pães (sovado, mistura, milho, cará e batata doce)

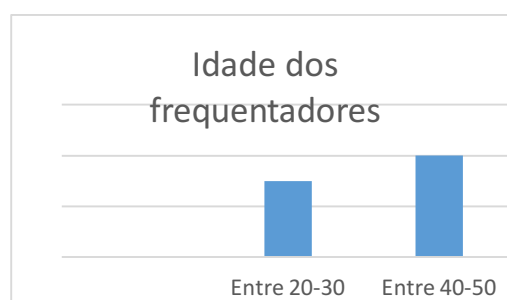
As famílias de agricultores ao serem perguntadas sobre o aumento de vendas após a implantação do “vale feira” responderam que, em média, passaram de R\$1500,00 a R\$2000,00 de vendas por mês para R\$4000,00 de vendas mensais, o que para os entrevistados teve um papel fundamental para a sua continuidade na participação na Feira. No item que questiona sobre o aumento de frequentadores, na percepção destas famílias, houve um aumento de 50% no público que está frequentando atualmente a Feira.

4.2 Consumidores

Foram entrevistados sete consumidores/frequentadores da Feira Livre do Produtor do município de Lontras – SC, escolhidos de maneira aleatória durante o horário de funcionamento da Feira Livre do Produtor do Município de Lontras (às sextas-feiras das 13h até as 19h)

Constatou-se que a maioria dos entrevistados está na faixa etária entre 40 e 50 anos, apesar de ser bastante representativo os frequentadores mais jovens com a idade entre 20 e 30 anos. Entre os entrevistados 3 recebem o Vale feira e 4 não recebem.

Quando perguntados sobre qual a frequência mensal que comparecem na feira, notamos que a maioria dos entrevistados frequentam o ambiente toda semana, apesar de também encontrar consumidores que raramente procuram o



espaço da Feira. Ao perguntar se haviam encontrado o item que procuravam na Feira, todos os entrevistados afirmaram que sim.

No quesito sobre o valor do Vale feira, onde os funcionários públicos municipais recebem o valor de R\$20,00 mensais (em forma de cartão e somente podem trocar por produtos dos feirantes), todos os entrevistados afirmam que não acham justo e que este valor poderia ser maior (sendo justo um valor entre R\$30,00 a R\$ 50,00 mensal). E ao responder sobre qual o valor gasto, em média, semanalmente, a maioria dos consumidores respondeu que o valor é de R\$15,00 a R\$20,00 por semana.



Ao serem indagados sobre o porquê frequentam o ambiente da feira, os consumidores responderam, por ordem de relevância, o seguinte:

1. Produtos com boa qualidade, saudáveis verduras e hortaliças “frescas”;
2. Preço justo;
3. Devido ao Vale Feira;
4. Local bom e agradável;
5. Amizade com os agricultores.

Para finalizar foi perguntado sobre quais pontos podem ser melhorados no ambiente da Feira e foram respondidos sobre alguns itens que podem aumentar a variedade de produtos como: alimentos orgânicos, embutidos, banha e vassoura de palha. Foi levantado a ideia de se ter um jaleco/guarda-pó para identificação dos feirantes. Também foi falado sobre alimentos prontos, como uma “lanchonete com os alimentos da colônia” ou a elaboração de um café colonial mensal para chamar mais público para o ambiente da Feira.

4.3 Funcionários da Secretaria de Agricultura

Foram entrevistados dois funcionários da Secretaria de Agricultura e Meio ambiente de Lontras que estão envolvidos diretamente nas diversas atividades ligadas a Feira. Quando perguntados sobre as dificuldades encontradas foram citados:

1. Falta de recursos da prefeitura, pois o valor para cada funcionário é de R\$20,00 mensais e como são cerca de 320 funcionários com direito ao recebimento do “vale feira”, a prefeitura tem um custo mensal de cerca de R\$6400,00.
2. Resistência inicial dos funcionários devido a questões políticas.

Quando questionados sobre o que poderia melhorar na Feira foram citados os seguintes itens: maior diversidade de produtos (por exemplo: embutidos suínos e carnes, vassouras produzidas pelos agricultores), implantação de uma cantina com alimentos típicos da agricultura familiar, como caldo de cana, sucos naturais, salgados artesanais e doces caseiros.

4.4 Algumas frases dos entrevistados:

Na elaboração das entrevistas podemos enriquecer as opiniões com algumas frases citadas, já que no ambiente para elaboração dos questionários, os entrevistados demonstraram empatia e vontade de enriquecer este espaço único e cheio de riquezas culturais que é uma Feira Livre. Seguem algumas:

Feirantes:

“No início da feira foi difícil, várias famílias que iniciaram desistiram. ”

“O vale feira mudou o habito dos consumidores e aumentou o número de frequentadores na Feira. ”

“Meu marido saiu do emprego fora da propriedade para auxiliar na produção da Agroindústria para as vendas, após o vale. ”

“Melhorei minha agroindústria para aumentar a produção. ”

“Com mais frequentadores estou comprando hortaliças dos meus vizinhos. ”

Consumidores:

“Antes do vale não conhecia a feira. ”

“Gosto de frequentar a feira pois consigo conversar direto com o produtor. ”

Funcionários da prefeitura:

“Este dinheiro (vale) é bem empregado e justo, pois todos os funcionários recebem o mesmo valor. ”

“No início foi difícil pois gerou resistência dos funcionários da prefeitura, mas agora eles entendem a importância da feira e que aqui se encontram produtos de qualidade.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada na feira com feirantes, consumidores e funcionários da secretaria de Agricultura, foi possível compreender sua importância histórica, econômica e cultural para o município de Lontras - SC. Trata-se de um espaço regido por outras lógicas econômicas: são outros modos de se lidar com a qualidade do produto, com o preço, com aquilo que não se consegue vender. Não é a lógica meramente mercantil. Na feira não acontece somente a comercialização, embora seja importante na renda do agricultor familiar,

A feira livre do produtor do município de Lontras é lugar onde também se configuram relações sociais de identidade. Os feirantes que ocupam este lugar exprimem o afeto com a feira, para além da geração de renda. Essa relação de envolvimento reflete-se na confiança estabelecida entre os frequentadores e consumidores, que comparecem à feira e consomem seus produtos, pois reconhecem as singularidades da qualidade da produção do feirante.

Nota-se que o aumento de valores monetários gastos na Feira mensalmente supera o valor mensal que a prefeitura investe com o “Vale feira”.

o que comprova que com o aumento de frequentadores no espaço da Feira vem aumentando o número de frequentadores, o que mostra que a política pública está realizando seu papel de aumentar os fre

Foi possível identificar a satisfação dos feirantes com a atividade, pois a comercialização direta ao consumidor cria um vínculo de amizade entre eles, gerando uma rede social, e também a inexistência de intermediários que beneficia tanto os feirantes quanto os consumidores.

Outro aspecto importante diz respeito às mudanças positivas ocorridas na qualidade de vida e nas propriedades, o que dá indícios de que as condições econômicas e sociais vêm apresentando melhorias.

Por fim, este artigo teve o propósito de reafirmar a importância da feira livre, sua viabilidade como canal de comercialização da agricultura familiar e a necessidade de inseri-la na pauta de programas de desenvolvimento rural. O argumento oferecido é que a feira gera trabalho e renda no campo, dinamiza a economia local e oferta a soberania e segurança alimentar para a população urbana, além da dimensão sócio

cultural, já que é espaço privilegiado de organização e participação social, além de trocas de conhecimentos e informações.

Assim fica uma pergunta: “E você já foi a Feira essa semana? ”

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec / ANPOCS / UNICAMP, 275 p.,1992.

BRASIL. **Lei n. 11.326/2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 18 de Maio 2019.

CASTRO, Moysés Araújo. **Importância da agricultura para o desenvolvimento regional**. Disponível em: ><http://www.geografia.uema.br/re/2003nov/06agric.htm>>. Acesso em: 18 de Maio 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, 2004.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. E ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais) **Municipalização – Diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas**, 1997. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/deser97-1.pdf>. Acesso em: 18 de Maio 2019.

EPAGRI/Estação Experimental de Ituporanga. **Produção orgânica de Cebola**, Florianópolis, 2015

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio eletrônico: século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 340 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

HEBERLÊ, A. L. O. **Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro**. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006 >. Acesso em: 18 de Maio 2019.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 338 p., 2005.

MIOR, L. C. et al. **Redes e agroindústrias: as inovações organizacionais dos agricultores familiares e os novos mercados em Santa Catarina**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 51. 2013, Belém. **Anais...** Belém, 2013.

RIBEIRO, E. M., CASTRO, B. S.; SILVESTRE, L. H., CALIXTO, J. S.; ARAÚJO, D. P.; GALIZONI, F.M.; AYRES, E. B. **Programa de apoio às feiras e à Agricultura Familiar no Jequitinhonha mineiro**. *Agriculturas* - v. 2 – n. 2 - junho de 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF. 405p. 1999.